As Visões Historiográficas sobre o "pão e circo": a *plebs* no contexto político-social da Roma imperial, séculos I – II d. C.

Les Courants Historiographiques sûr le 'du pain et du cirque': la *plebs* dans le contexte politique-social en Rome Impériale, siècles I – II d. C.

Alexandro Almeida Lima Araujo[1]
Ana Livia Bomfim Vieira[2]

Submetido em Maio/2015
Aceito em Maio/2015

RESUMO:

Neste artigo, objetivamos discutir o que consideramos as duas principais vertentes teóricas que pensaram o lugar social da *plebs* na Roma dos séculos I e II d.c. A primeira, associada a uma concepção historiográfica tradicional construiu, entre o século XIX e início do século XX, uma leitura da *plebs* romana como apática e submissa, relegada ao segundo plano dentro da estrutura social romana. A segunda, ao lado da qual nos posicionamos, resgata o lugar político da *plebs,* discutindo a máxima do "pão e circo", ou seja, do apaziguamento social através da diversão e da distribuição de grãos. Este novo modelo teórico, forjado pelos novos olhares dos historiadores da segunda metade do século XX e século XXI, reposiciona a *plebs* para um lugar de agentes ativos na Roma Imperial.

Palavras-chave: Roma Imperial – *plebs – panem et circenses*.

RÉSUMÉ:

Dans cet article, nous voulons discuter de ce que nous considérons comme les deux principaux volets théoriques qui pensaient le place social de *plebs* à Rome pendant des siècles I et II d. C.. La première, associée à une conception historiographique traditionnelle, a construit, entre le XIXème siècle et du début du XXème siècle, une lecture de la plèbe romana comme apathique et soumise, relégué à l'arrière-plan au sein de la structure sociale romaine. La deuxième, à côté de qui nous nous positionnons, sauve le lieu Politique de la *plebs*, en discutant le maximum du "pain et du cirque", c'est-à-dire l'apaisement social à travers le plaisir et la distribution des grains. Ce nouveau modèle théorique, forgées par les nouvelles perspectives d'historiens de la seconde moitié du XXème siècle et le XXIème siècle, repositionne la *plebs* vers un endroit d'agents actifs de la Rome Impériale.

Mots-clés: Rome Impérial – *plebs – panem et circenses.*

[1] Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Integrante do grupo de Pesquisa *Mnemosyne* – Laboratório de História Antiga e Medieval do Maranhão. E-mail: alexandroaraujo12@yahoo.com.br

[2] Professora de História Antiga da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e do Programa de Pós-Graduação em "História, Ensino e Narrativas" – PPGHEN/UEMA. Coordenadora do grupo de pesquisa em História Antiga e Medieval "Mnemosyne - Laboratório de História Antiga e Medieval do Maranhão", da UEMA. E-mail: analiviabv@gmail.com

Introdução

O binômio "pão e circo" foi difundido em diversas obras de autores que se debruçaram acerca dos espetáculos públicos e de questões que envolviam o político e também o social na Roma Antiga. Há correntes historiográficas que defendem e refutam a visão de uma plateia apática, que só queria saber de duelos sangrentos nos anfiteatros e alimentos distribuídos pelos Césares.

Neste sentido, confrontaremos duas posições argumentativas: a que refutamos, tida como "tradicional" – a do século XIX e da primeira metade do século XX –, e a que defendemos – a historiografia da segunda metade do século XX e do século XXI –, entendida aqui como uma "nova historiografia". Logo, a "'política do *pão e circo*' se [formou] entre os classicistas do século XIX a partir da leitura das fontes escritas e [passou] a constituir parte de um olhar mais tradicional que acabou por condenar as camadas populares romanas a um segundo plano". (GARRAFFONI, 2004, p. 23).

A visão "tradicional" concerne no entendimento de que as pessoas que subiam as arquibancadas dos anfiteatros eram apáticas e cerceadas por uma pequena elite que detinha o poder na *vrbs*. Entretanto, a "nova historiografia", a que nos alicerçamos, fomenta a visão de que este público não negligenciava ao trabalho para ficar horas inteiras nos anfiteatros, pois não dependia só de "pão e circo".

Acreditamos, portanto, que só a espórtula distribuída durante os espetáculos – gladiatórios – não era o suficiente para manter uma família romana. Neste sentido, veremos que a população da *urbs* não era preguiçosa e que não vivia de *panem et circenses*. "A imagem de que a plebe romana passava a maior parte do ano no Coliseu olhando homens lutando até a morte ou sendo mortos por selvagens animais é uma distorção". (MENDES, 2009, p. 47).

Com efeito, nosso objetivo será apresentar e verificar as linhas argumentativas dos principais pesquisadores que abordaram os espetáculos públicos na Roma imperial, mais precisamente os espetáculos ocorridos nos anfiteatros.

Panis et Circenses e a historiografia classicista: uma "plebe" apática?

Numa linha interpretativa tradicional ou classicista, salientamos Jérôme Carcopino (1990), em seu livro *A vida cotidiana: Roma no apogeu do Império*, que evidencia uma ideia bastante difundida no século XIX, a visão do "pão e circo" ou *panis et circenses.* Sua obra traz interpretações semelhantes às difundidas pela historiografia do século XIX, apesar de ser uma obra publicada no século XX. A mesma foi originalmente publicada em 1939, *La vie quotidienne a Rome a l'apogée de l'empire.* Portanto, como bem afirma a historiadora Renata Senna Garraffoni (2005), à historiografia do século XIX e da primeira metade do século XX estão embasadas em interpretações que afirmam que o povo romano deveria ser disciplinado através de divertimentos públicos e distribuição de víveres.

J. Carcopino (1990) apresenta em sua obra que os Césares deveriam cercear a *plebs* romana, pois a mesma, caso não fosse ocupada com distrações, seria perigosa e poderia, a qualquer momento, se manifestar de forma violenta, ou seja, sublevar-se contra o poder vigente, incitando assim uma revolta.

> Com efeito, os césares encarregavam-se ao mesmo tempo de alimentá-lo e distraí-lo. Com as distribuições mensais do Pórtico de Minucius, asseguravam-lhe o pão de cada dia. Com as representações que ofereciam em seus diversos recintos religiosos ou laicos – no foro, nos teatros, no estádio, no anfiteatro, nas naumaquias –, proporcionavam e disciplinavam seu lazer, mantinham-no em constante expectativa por meio de divertimentos sempre renovados, e até nos anos magros, em que problemas no Tesouro os obrigavam a racionar as prodigalidades, esforçavam-se por proporciona-lhe ainda mais festas que nenhuma plebe, em nenhuma época, em nenhum país, havia presenciado. (CARCOPINO, 1990, p. 242).

Jérôme Carcopino (1990) caracterizava a massa urbana de Roma como uma massa ociosa ao trabalho, desta forma, a mesma teria bastante tempo livre. Esse tempo livre, de alguma forma, poderia ser utilizado para "debilitar" a ordem política e social instalada no período imperial romano, uma ordem de cima para baixo. Para o referido autor, era imprescindível que o Imperador buscasse meios para ocupá-los. Os meios "estratégicos", segundo Carcopino, foram arcar com as despesas dos espetáculos e garantir a oferta de alimentos.

> Na Cidade, onde as massas compreendiam cento e cinqüenta mil ociosos que a assistência pública dispensava do trabalho e talvez

> outros tantos trabalhadores que do começo ao fim do ano cruzavam os braços depois do meio-dia e aos quais, entretanto, era negado o direito de empregar a própria liberdade na política, os espetáculos ocupavam seu tempo (...). Um povo que boceja está maduro para a revolta. Os Césares não deixaram a plebe romana bocejar, nem de fome nem de tédio. Os espetáculos foram a grande diversão para a ociosidade dos súditos e, por conseguinte, o instrumento seguro de seu absolutismo. Cercando-os com cuidados, o que consumia somas fabulosas, conscientemente providenciaram a segurança de seu poder. (CARCOPINO, 1990, p. 248).

A respeito da expressão "pão e circo", o historiador Pedro Paulo Abreu Funari (2011), em seu livro *Grécia e Roma,* evidencia o poeta satírico latino Juvenal como o "criador" dessa sentença. Essa expressão foi incorporada nos discursos dos pesquisadores modernos que defenderam a tese de manipulação do povo romano através da política implantada pelos Césares, ou seja, a distribuição de trigo, o "Pão", e espetáculos públicos oficiais, o "Circo". Para Funari (2011, p. 114), "o estado fornecia trigo gratuitamente, todos os dias, a quase duzentas mil pessoas. Essa política ficou conhecida como a do 'pão e circo', em expressão cunhada [por] Juvenal e servia basicamente para manter a população pobre da cidade sob controle, submissa".

Apesar da obra do autor Pedro Paulo Funari (2011) ser recente e, portanto, se "encaixaria" em um olhar historiográfico que relativizaria tal ideia de ociosidade da plateia que assistia aos jogos fornecidos pelos imperadores, o mesmo não possibilita ao leitor outro olhar sobre os espetáculos públicos de Roma. A sua perspectiva é característica de um olhar que nos induz a enxergar os espectadores apenas como seres apáticos que adentravam na arena porque precisavam ter o seu tempo livre ocupado. Afirma, pois, "o que caracterizou então a vida da plebe que vivia na cidade de Roma no tempo do Império foi sua neutralização política (aquietação das insatisfações sociais, reivindicações e revoltas) dos pobres, por meio de subsídios alimentares e de diversões públicas". (FUNARI, 2011, p. 114).

Pedro Paulo Funari já defende esta visão de ociosidade e diversão da plebe em sua obra *A Vida Quotidiana na Roma Antiga*, publicada em 2003. Portanto, início do século XXI. Fomenta a visão de controle político da elite sobre a população pobre da capital, Roma, através das diversões públicas. De acordo com Funari (2003), a "diversão de massa constituía-se numa verdadeira paixão popular, convertendo-se num elemento central de manutenção da ordem social". (FUNARI, 2003, p. 123). O autor, portanto, evidencia uma imposição advinda de uma elite sobre a população pobre, em que esta última era moldada socialmente, colocando-a como passiva. Estando a

população ocupada com diversões, a ordem seria mantida e a pequena elite mantinha-se no poder. Neste sentido, o referido historiador coloca o anfiteatro apenas como um local de prazer. Por conseguinte, em nossa opinião, este pesquisador não se distancia de autores como Jérôme Carcopino (1990) e de uma historiografia do século XIX.

Michel Grant (1967), em sua obra *O Mundo de Roma,* aproxima-se da ideia de J. Carcopino (1990), concernente ao "pão e circo". De acordo com M. Grant (1967) os combates de gladiadores faziam parte do "pacote" de espetáculos que entretinham a população romana. "Encontros entre gladiadores fizeram parte integral do programa de pão e jogos que os imperadores se sentiam na obrigação de oferecer ao povo de Roma". (GRANT, 1967, p. 148).

Notabilizamos uma obra de grande relevância sobre a História de Roma, escrita em 1734, portanto, primeira metade do século XVIII, Montesquieu (2002), em *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência,* já defendia a hipótese de uma população ociosa. Neste sentido, para Montesquieu (2002), havia a necessidade da distribuição de jogos e de trigo. É importante salientar que os jogos e espetáculos são caracterizados como fúteis pelo autor e o ócio da população fez com que houvesse um intenso gosto pelos mesmos. "As distribuições de trigo que recebia [o povo de Roma, que era chamado de *plebe*] faziam-no negligenciar o cultivo da terra; ele fora habituado aos jogos e aos espetáculos". (MONTESQUIEU, 2002, p. 117). Podemo-nos fazer a seguinte indagação: Por que há um olhar, por parte do autor, que subjuga o povo romano?

Pois bem, não só Montesquieu (2002), mas também os dois outros autores mencionados anteriormente – Jérôme Carcopino (1990) e Michel Grant (1967) – utilizam as fontes de maneira acrítica. Quais seriam essas fontes? Biografia de um imperador escrita por alguém que compunha a elite, poderia ser um filósofo. Temos a figura, por exemplo, de Sêneca[3] como mentor particular do imperador Nero; a própria literatura latina oriunda também de membros elitistas; escritos de historiadores oficias da *vrbs*. Enfim, são documentos textuais que nos trazem um olhar não do povo romano sobre o povo romano, mas sim da aristocracia romana sobre a *plebe* romana. Coloca-se

[3] "Lúcio Aneu Sêneca – também conhecido como Sêneca, o Filósofo – foi uma das figuras mais importantes do mundo intelectual romano do século I de nossa era, tendo aliado às atividades políticas que desempenhou uma significativa produção filosófica e literária. Como homem público, ocupou cargos de magistratura e foi conselheiro de Nero, de quem havia sido preceptor; representou um papel ativo junto ao poder desde a aclamação do jovem imperador, em 54 d. C., até 62, quando se afastou definitivamente da vida palaciana". CARDOSO, Zélia de Almeida. *Estudos sobre as tragédias de Sêneca.* São Paulo: Alameda, 2005, p. 7.

a todo o momento esta última à margem da sociedade. A historiadora Renata Senna Garraffoni (2002) apresenta em seu livro, *Bandidos e salteadores na Roma antiga*, a seguinte asserção sobre como era apresentado e desenvolvido o tema pela historiografia:

> Durante muito tempo, os especialistas em Antiguidade Clássica preocuparam-se em pesquisar temas considerados eruditos ou que estavam diretamente relacionados aos costumes e à tradição da elite aristocrática romana. A grande maioria destes trabalhos criaram conceitos conservadores que acabaram sendo aceitos, de maneira pouco crítica, pelo público em geral. Raramente encontravam-se historiadores dispostos a discutir questões ligadas a população de origem humilde e, quando isso ocorria, as interpretações apresentadas eram superficiais e sempre desfavoráveis: criou-se uma visão do povo romano que acabou por se tornar dominante, na qual este era considerado uma massa amorfa, sem vontade própria e parasita do Estado, já que vivia do "pão e circo". (GARRAFFONI, 2002, p. 92-93).

A crítica apresentada pela historiadora R. S. Garraffoni (2002) evidencia a visão difundida por estudiosos em Antiguidade Clássica, a visão de um povo romano que era parasitário das "políticas assistencialistas" do Estado, do *Princeps*. Essa interpretação é vista nas obras dos pesquisadores Carcopino (1990), Funari (2003; 2011), Grant (1967) e Montesquieu (2002).

O autor Norbert Rouland (1997), em sua obra *Roma, democracia impossível?,* publicada originalmente em 1981, com o título *Rome, democratie impossible?*, faz indagações bastante consistentes acerca de como a tradição literária romana influenciou diversas pesquisas que disseminaram e "rotularam" a plebe como ociosa, principalmente através da distribuição de alimentos:

> Afora alguns pequenos presentes, é sobretudo pela concessão da espórtula que se manifesta a assistência econômica do patrono. Esta revestia-se de duas formas: *in natura,* compreendendo alimentos, e em espécie, na maioria das vezes. **O seu montante irrisório, em geral equivalente a 10 sestércios ao dia (...), não podia absolutamente cobrir todas as despesas correntes do seu recipiendário**. Marcial, a propósito, qualifica-a como "óbolo de fome" (*insta fames)*, uma esmola. Essa exigüidade coloca um problema essencial. **Toda uma tradição literária nos habituou a discernir na plebe urbana da época imperial nada mais do que a massa de ociosos, anestesiados politicamente pelo "pão e circo", vivendo como parasitas junto aos pórticos dos poderosos**, graças à sua condição de clientes, muito embora continuassem a ser assistidos pelo Estado, percebendo as suas distribuições de alimento. (ROULAND, 1997, p. 376. Grifo nosso).

Continua a indagar-se:

> Ora, **apenas os recursos obtidos por um plebeu na freqüência à casa dos nobres, mesmo que acrescidos das distribuições públicas, são insuficientes para permitir-lhe viver sem trabalhar, por pouco que fosse**. Com efeito, de que dispõe ele em concreto? **A quota média das distribuições, no primeiro século d. C., era de 43 litros de trigo ao mês. Isso não pode de forma alguma satisfazer as necessidades de duas pessoas, e, *a fortiori,* de uma família inteira, composta de filhos;** e isso, tanto mais, levando-se em consideração que as despesas com alimentos não são as únicas, e que, em particular, o aluguel pesa gravemente no orçamento do plebeu. Poderia a espórtula (10 sestércios por dia) cobrir esse déficit? Embora não seja muito fácil avaliar o seu poder aquisitivo, tal soma se afigura muito baixa. (ROULAND, 1997, p. 376. Grifo nosso).

O que extraímos nas entrelinhas da citação acima do pesquisador N. Rouland (1997) é que a interpretação que põe a população pobre romana como acomodada, pois possuía trigos e espórtulas advindos do Estado e/ou de dignitários da época, suficientes para se manter e, portanto, descuravam o trabalho, deve ser repensada. O autor desconstrói a visão de "abandono" do trabalho e de se cultivar a terra por parte da "plebe", que a historiografia "tradicional" tanto difundiu, já que o que recebiam, seja dos nobres, seja do Estado representado na figura do Imperador, não permitia tal "desmazelo". Sendo assim, não eram ociosos, ou, tampouco preguiçosos, pelo contrário, possuíam uma ocupação para manter a si próprio e a própria família. Como o próprio autor demonstra, havia gastos e despesas que não eram supridas só pelo fato de receberem trigo e dinheiro.

Há autores que não compartilham da leitura posta em evidência do autor Norbert Rouland (1997), como, por exemplo, o historiador Norberto Luiz Guarinello (2013), em sua obra *História Antiga.* O mesmo traz abordagens que refutam teorias já ultrapassadas, como a teoria de *Romanização*[4]. No entanto, apesar de ser uma obra que

[4] A *Romanização* seria uma teoria formulada durante o século XIX, já refutada por muitos historiadores ao longo de novos olhares sobre o tema, que, em sucintas palavras, seria a dominação pela cultura de Roma sobre as demais sociedades que integraram o Império. Essa teoria queria provar, uma vez que ela está imbuída de um cientificismo característico dos ideais positivistas, a "superioridade" cultural do império romano, pois era um momento de expansão de ideais nacionalistas e de territorialização. Por conseguinte, Roma seria um modelo a "ser seguido", uma espécie de molde para as nações européias expandirem suas fronteiras. É importante salientar que Roma não impôs sua cultura, já que muitos povos não deixaram de lado a sua cultura e costumes para abraçar à romana. "Assim, as nações que se formavam no século XIX como Inglaterra, França ou Itália, só para citar alguns exemplos, buscaram no Império romano sua maior fonte de legitimação. Em diferentes estudos, Hingley afirma que a cultura clássica, em especial os textos produzidos pelos antigos romanos da elite imperial, foi importante no período de formação dos estados nacionais por apresentarem um caráter de autoridade e poder". GARRAFFONI, Renata Senna & SANFELICE, Pérola de Paula. *Em tempos de culto a Marte por que estudar Vênus? Repensando o papel de Pompéia durante a II Guerra.* In: Saberes e Poderes no Mundo Antigo. Vol. I. CERQUEIRA, Fábio Vergara; GONÇALVES, Ana Teresa Marques; MEDEIROS, Edalaura Berny; BRANDÃO, José Luís Lopes. (orgs.). CECH: Universidade de Coimbra, 2013. p. 67-68. A historiadora Regina Bustamante também apresenta este mesmo olhar interpretativo das historiadoras Garraffoni e Sanfelice, ao afirmar que "este processo de 'civilização/romanização', Roma parecia

ocupa um lugar de um destaque na historiografia do século XXI, o pesquisador não traz releituras concernentes à política do "pão e circo". Em que o "circo" nada mais era que a diversão, pois "os imperadores reforçaram uma já antiga política de distribuição de dinheiro e de promoção de festividades – que culminariam nos grandes centros de diversão da plebe – o circo – onde se realizavam corridas de cavalos, o teatro e, mais tarde, nos anos 70 d. C., o grande anfiteatro do Coliseu". (GUARINELLO, 2013, p. 142).

O autor Jean-Noël Robert (1995) segue, em *Os prazeres em Roma,* uma interpretação característica do grupo historiográfico "tradicional", ou seja, dos pesquisadores do XIX e XX. A obra foi publicada originalmente em 1983, *Les plaisirs à Rome.* Este difunde a ideia dos jogos e espetáculos como um dos prazeres dos romanos. Tais prazeres, em simultâneo com a distribuição de trigo, fomentavam a ociosidade dos cidadãos pobres. A interpretação de J-N Robert (1995) é a todo o momento depreciativa acerca da população humilde romana. Este pesquisador utiliza textos literários de Sêneca para embasar suas hipóteses, sem se preocupar com os termos pejorativos que este último utiliza. Demonstra que "os jogos e as distribuições frumentárias são os dois alicerces da política imperial. Diverte-se a multidão que exige o sensacional. Encenações de grandes espetáculos, a morte de homens ou de animais é o lote cotidiano de um público que pede para ser enfeitiçado". (ROBERT, 1995, p. 38).

A visão do autor põe a população como passiva quando este diz que o "público pede para ser enfeitiçado". Sugere que a população não tivesse vontade própria, uma massa amorfa (GARRAFFONI, 2005, p. 259), que aceitasse a submissão frente ao *panem et circenses.* Afirma ainda que "os próprios monumentos da cidade, termas, teatros, anfiteatros, circos... contribuem para o que Sêneca chama 'a servidão ociosa das cidades'". (ROBERT, 1995, p. 38). Ao se apropriar e defender a ideia de Sêneca, J-N Robert (1995) não leva em consideração as estruturas em pedra – onde os espetáculos ocorriam – como locais de relações contínuas, nos aspectos culturais e sociais, por exemplo. Garraffoni (2004, p. 271) lembra que "os espaços eram utilizados até mesmo para flertar e encontrar amigos". O que nos leva a entender, segundo a concepção da pesquisadora Renata Garraffoni, que os anfiteatros eram locais de constante interação

também ter transmitido seu próprio espírito imperial para os europeus. Procurava-se estabelecer uma linha de continuidade entre os expansionismos romano e o europeu". BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Práticas Culturais no Império Romano: Entre a Unidade e a Diversidade.* In: MENDES, Norma Musco e SILVA, Gilvan Ventura da. (orgs.). Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006. p. 110.

sócio-cultural, em que "milhares de homens, mulheres, crianças e idosos das mais diferentes etnias... subiram as mesmas escadas para assistir a um bom combate". (GARRAFFONI, 2004, p. 271). Portanto, que ociosidade e "apaticidade" seriam essas tão repetidas pelos estudiosos?

A historiadora Luciane Munhoz de Omena (2009) apresenta, em *Pequenos poderes na Roma imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca,* um posicionamento, em que os termos utilizados por Sêneca requerem cuidados, para não cair no erro de absorver um modelo explicativo oriundo de um viés aristocrático, como faz J-N Robert (1995) ao se alicerçar na figura do filósofo Sêneca:

> A plebe é retratada, em Sêneca, pelo anonimato e, por vezes, adjetivada como *sordida plebs, imperita multitudo* e *credulum uulgus*. Termos, por excelência, pejorativos, que contêm, de forma explícita, um valor moral. Essa projeção negativa pode aparecer, como temos apresentado, em expressões: *turba, populus, multitudo, humillis, ignobilis, uulgus e plebs,* cujo sentido é marcado pela falta de comedimento, insensatez, o gosto por literatura e bens vulgares e é, principalmente, vista como uma massa sediciosa, predisposta à violência e geradora de conflitos. (OMENA, 2009, p. 85).

Notamos que a causa para a existência do *panis et circences* é o julgo dos pesquisadores em ter estereotipado a "plebe" como predisposta a ser violenta, uma violência que ocasionaria tumultos no interior da sociedade romana, que colocaria em xeque o estrato social mais alto. No entanto, essa violência intrínseca à população humilde romana, que muitos autores indicam, poderia ser contornada com medidas de "coerção disfarçada" no "pão e circo". Essa propensão a provocar atos impetuosos ao "absolutismo dos Césares", utilizando o termo empregado por Jérôme Carcopino (1990), era provocada pelo tempo livre que possuíam, em outras palavras, uma ociosidade inerente aos muitos cidadãos pobres que viviam em Roma nos séculos I e II d. C..

O autor Jean-Noël Robert (1995) ao tratar dos anfiteatros como locais que serviam apenas para a manipulação da "plebe", deixa de lado importantes fatores, como o aspecto econômico e negligencia a presença de membros da magistratura romana nos eventos gladiatórios, em que além de assistir aos combates também torciam por seus gladiadores e até desciam para combater como gladiador. "Sabe-se hoje que as classes dominantes tinham um envolvimento direto com sua realização, não apenas financiando

os jogos, mas, muitas vezes lutando como gladiadores na arena". (GUARINELLO, 2007, p. 128).

A análise de J-N Robert (1995) é influenciada também pelos autores da literatura latina clássica, portanto, suas considerações são pautadas apenas do ponto de vista aristocrático. A leitura que faz dos jogos permanece a exaltar uma participação ativa da elite romana em detrimento da população mais humilde:

> São igualmente [os jogos] um meio para o imperador manter o contato com seus súditos. Frontão observa com lucidez que "a excelência de um governo não se revela menos na preocupação com os passatempos do que com as coisas sérias... que o povo aceita qualquer coisa, menos ávido de generosidades em dinheiro do que de espetáculos" e que, se as distribuições de trigo são suficientes para satisfazer os indivíduos, "o espetáculo é necessário para o contentamento do povo em massa". (ROBERT, 1995, p. 97).

Fundamenta a ideia de que o povo sem o "binômio pão e circo" seria um problema em potencial para o imperador. Ideia similar a do autor já apontado aqui, Jérôme Carcopino (1990). Sem as distribuições regulares de trigo e espetáculos, o povo pobre de Roma poderia voltar-se contra o imperador e, por sua vez, está em suas mãos à representação da ordem, isto é, o *Princeps* seria o Estado. Logo, o povo desocupado é igual à falta de ordem e o povo ocupado é igual a conservar a ordem.

A historiadora Renata Garraffoni (2011), em um artigo intitulado *Sangue na arena: repensando a violência nos jogos de gladiadores no início do principado romano,* que se encontra na obra *Sexo e violência: realidades antigas e questões contemporâneas,* aborda a historiografia que difundiu o conceito de "pão e circo". A autora enfatiza os estudiosos do século XIX como os principais propagadores da ideia de manipulação da "plebe" através dos espetáculos ofertados pelo imperador:

> (...) a idéia do Pão e do Circo, isto é, o governo romano oferecia espetáculos, entre eles os combates de gladiadores, para manter a população ocupada e obter favores políticos. Esta maneira de interpretar os espetáculos, com uma função política explícita surgiu, pela primeira vez, em estudos de dois importantes classistas alemães que viveram no século XIX, Mommsen e Friedländer. Estes dois eruditos e especialistas em História de Roma desenvolveram esta argumentação que foi imediatamente aceita por diferentes intelectuais e ainda hoje encontramos reminiscências em estudos recentes sobre os gladiadores. (GARRAFFONI, 2011, p. 122-123).

Renata Garraffoni (2007) salienta que a expressão *panem et circenses* foi utilizada primeiramente por Juvenal, *a posteriori,* absorvida e associada ao aspecto político. "O centro dessa perspectiva é uma máxima de Juvenal que, retirada de um contexto satírico, tornou-se, nos discursos de Friedländer, um testemunho da perspicácia política dos Césares romanos para evitar a revolta dos menos favorecidos". (GARRAFFONI, 2007, p. 107).

Juvenal influenciou muitos pesquisadores que se voltaram para entender o fenômeno de financiamento de espetáculos e fornecimento de trigo. O caráter político é o único aspecto que direcionou estes pesquisadores. Um olhar pejorativo, uma vez que "Juvenal escreve desdenhosamente sobre a 'multidão de Remo' e sua preocupação com '*panem et circenses*', acrescentando à imagem do proletariado de Roma a característica de massa inapta, volátil, viciada em sessões infindáveis de comilança e divertimento gratuito". (PARENTI, 2005, p. 210).

Michael Parenti (2005) evidencia um historiador britânico e especialista em história da antiguidade, Howard Hayes Scullard, em que este último defende que "a multidão urbana era irresponsável demais para exercer poder político: em vez disso, o que queria era '*panem et circenses*'". (SCULLARD *apud* PARENTI, 2005, p. 210).

Scullard demonstra um posicionamento típico do XIX, sua ideia reforça um domínio da aristocracia romana sobre a população pobre de Roma. Evidencia que a "plebe" pedira para ser entretida por meio de jogos, festivais públicos e combates de gladiadores. A sua visão é equivalente a do pesquisador Jean-Noël Robert (1995), quando este último afirma que a "plebe" da *Urbs* queria apenas os espetáculos e *venationes* e que "o público pedia para ser enfeitiçado". Os referidos autores, Scullard e J-N Robert, colocam a população como passiva e que pedia para ser controlada por divertimentos. Tal posicionamento coloca a elite como a única "classe" politizada e a população pobre de Roma como "despolitizada", já que não havia um interesse desta última. De acordo com Scullard (2010), a "plebe" só queria jogos para se divertir. Dessa forma, "a crescente elaboração de festivais públicos, jogos e espetáculos de gladiadores mostram com que o povo pediu para ser entretido".[5] (SCULLARD, 2010, p. 11).

A pesquisadora Garraffoni (2005), em um artigo intitulado *Panem et Circenses: máxima antiga e a construção de conceitos modernos,* publicado na Revista

[5] "(…) the growing elaboration of public festivals, games and gladiatorial shows with which the people demanded to be entertained". Esta é a frase contida no texto original do autor Howard Scullard. Tradução nossa.

Phoînix, explicita que, em uma tradução feita pela autora de uma passagem da obra de Mommsen (1983), este autor define a população pobre romana como apreciadora de espetáculos em que preferiam assisti-los a desenvolver quaisquer tipos de tarefas laborais. "O plebeu romano preferia estar horas inteiras olhando com a boca aberta o teatro a trabalhar". (MOMMSEN *apud* GARRAFFONI, 2005, p. 253).

A autora nos proporciona neste mesmo artigo a visão do pesquisador Friedländer. O posicionamento do referido autor é de passividade da "plebe" romana. A tradução da Garraffoni nos evidencia a interpretação classicista de Friedländer, este caracteriza o *populus* da Roma imperial como "massas despossuídas", "perigosa", e "estava formada em grande parte por gente ociosa". Logo, "(...) o governo cuidava de seu sustento mediante grandes distribuições periódicas de trigo e, como conseqüência, via-se também obrigado a cuidar de seu tempo livre, oferecendo distrações para entreter sua ociosidade". (FRIEDLÄNDER *apud* GARRAFFONI, 2005, p. 254).

O pensamento dos dois autores expostos pela historiadora Garraffoni (2005) são similares ao de Montesquieu (2002), Jérôme Carcopino (1990), Jean-Noël Robert (1995) e Howard Scullard (2010). Inclusive, as ideias de Mommsen e Friedländer serviram de "molde" para as idéias de Carcopino e J-N Robert. Há apenas uma reprodução constante de uma mesma visão. Rebatemos tais afirmações principalmente apoiados nas ideias de Norbert Rouland (1997), em que a "plebe" na *Urbs* não era ociosa a ponto de negligenciar o trabalho por diversões e viver apenas dos subsídios fornecidos pelo Estado.

Tais subsídios não eram suficientes a ponto de um romano do estrato baixo social ficar sem trabalhar. Possuía outras despesas que eram essenciais para (sobre)viver e as somas obtidas, seja pelo Estado ou nas casas dos nobres, não eram suficientes para uma família inteira. Então, perguntamo-nos, um romano deixaria de trabalhar para atender as necessidades de sua família devido à quantidade ínfima de *pão* que recebia? Tal quantidade de pão era mesmo suficiente para haver uma negação do trabalho e se deleitar em espetáculos porque tudo já estava garantido?

Apoiado no autor Michael Parenti (2005), respondemos tais questões utilizando a argumentação do pesquisador que não aceita a ideia de ócio. Vejamos:

> Diferentemente da imagem propagada por historiadores de ontem e hoje, os beneficiários das doações não viviam como parasitas, do "pão" que recebiam – na realidade uma magra ração de trigo ou milho usada para fazer pão e sopa. O homem (e a mulher) não vive só de

> pão, nem mesmo no nível psicológico mais simples. Os plebeus precisavam de dinheiro para o aluguel, para a roupa, para o óleo de cozinha e para as necessidades. A maioria precisava arranjar trabalho, por mais irregular e mal renumerado que fosse. A doação de pão era um suplemento necessário, a diferença entre sobrevivência e inanição, mas nunca chegou a ser o sustento completo que permitisse a alguém ficar à toa. (PARENTI, 2005, p. 211).

Michael Parenti (2005) nesta obra, *O assassinato de Júlio César: uma história popular da Roma antiga,* dedica um capítulo ao tema do "pão e circo", com o subtítulo de mesmo nome. Refuta muitos historiadores que consolidaram a ideia que rebatemos desde o início do presente artigo. A publicação original do historiador é de 2003, *The assassination of Julius Caeser – A people's history of ancient Rome*. Faz parte da historiografia que é inovadora – século XXI – e busca ampliar o leque de interpretações acerca de conceitos que já deveriam estar ultrapassados. Conceitos estes embasados em "historiadores oficiais", oradores, filósofos e poetas da literatura[6] latina que vivenciaram o período republicano ou/e imperial de Roma, são eles: Tito Lívio, Cícero, Juvenal, Sêneca, Marcial, Salústio, Suetônio, Apiano, Dion Cássio e outros.

M. Parenti (2005) aponta as expressões encontradas em escritos eruditos que foram incorporadas por autores classicistas que escrevem no século XIX. Marco Túlio Cícero, por exemplo, descreve a população pobre de Roma através de estereótipos que desqualificam o povo como sujeito ativo na sociedade: "*sujeira e o fedor da cidade [sordes urbis et faecem]", "escória da cidade [ex urbis faeces]", "indisciplinados e inferiores", "ralé faminta e desprezível", "populacho"*. (CÍCERO In. PARENTI, 2005, p. 208).

Portanto, Cícero em sua leitura sobre a "plebe" urbana a inferioriza e a deixa numa situação de passividade que nada tinha a acrescentar no contexto social e político da Cidade. Os trata, consequentemente, como indignos e irrelevantes. Utiliza o termo *populacho* que compreendemos como sinônimo de um dos termos explicitados pela historiadora Luciane Munhoz de Omena (2009) – já citados aqui –, *turba, multitudo, populus,* que apresentam um sentido vilipendioso[7].

[6] A respeito do conceito de Literatura e/ou problemas de definição do que venha a ser Literatura, ver CARDOSO, Ciro Flamarion. *Tinham os Antigos uma Literatura?* In: Phoînix/UFRJ/LHIA, Rio de Janeiro, Ano V, 1999. p. 99-120.

[7] A historiadora Lourdes Conde Feitosa também critica estas expressões depreciativas. Cf. FEITOSA, Lourdes Conde. *Amor e Sexualidade: o masculino e o feminino em grafite de Pompéia*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005. p. 75.

A respeito do "Pão e Circo", no tocante as distribuições de trigo advindas das casas dos nobres, tornam-se necessário destacar a prática do clientelismo da república romana, onde o nobre (o patriciado) fazia tais doações a um grupo de dependentes. Era uma relação do aristocrata e o cliente (o povo).

Na configuração do império, os historiadores associaram a prática da doação de trigo pelo Estado como uma forma de inteira dependência das famílias pobres. Como foi destacado, principalmente por meio das ideias dos autores Michael Parenti (2005) e Norbert Rouland (1997), é um equívoco apontar uma dependência total da "plebe" pobre romana às doações de "pão". Ao considerar que a "plebe" estava garantida no quesito alimento, pois o Estado a subsidiava, então caímos na visão de ociosidade, já que não haveria a necessidade de trabalho. Só o pão não poderia alimentar uma população vasta como era a sociedade romana, além do que era uma quantidade ínfima.

Dessa maneira, nos apoiamos no historiador Fábio Faversani (1999) ao considerar, em *A Pobreza no Satyricon de Petrônio,* que "o trigo era distribuído – se muito – a 0,5% da população total do Império. Assim é quase tão verossímil pensar que esse trigo mantinha o povo alimentado quanto pensar que o salário-família concedido pelo Estado brasileiro possibilite aos pais e mães trabalhadores criarem seus filhos". (FAVERSANI, 1999, p. 50).

Não vamos entrar propriamente na questão que envolve o Estado brasileiro e seus subsídios distribuídos à população. Porém, a ideia apresentada pelo pesquisador Faversani, ao salientar o contexto social romano, sustenta a refutação proposta neste momento: a população humilde do período proposto aqui não era plenamente dependente de distribuições de alimentos, sendo assim, as mesmas mantinham atividades laborais e, por conseguinte, a ociosidade deve ser relativizada. Lembrando que a visão dos séculos XIX e XX era baseada na perspectiva de conter essa ociosidade por meio de distrações, através das distribuições de espetáculos, tidos como divertimentos, já que o ócio levaria a população a uma sublevação.

Neste mesmo viés interpretativo, salientamos a visão do pesquisador Paul Petit (1989), em que afirma que "as classes 'inferiores' não viviam unicamente à sombra dos poderosos, às suas expensas e na espera de suas generosidades. O mundo da província, mais ainda que o da própria Roma, conhecia também a vida quotidiana". (PETIT, 1989, p. 169). A sua obra intitulada *A Paz Romana* foi publicada originalmente em 1967, sob o título *La Paix Romaine.* As ideias deste historiador francês estão circunscritas em um

novo olhar sobre a população pobre que compunha o Império. Seu argumento abrange a segunda metade do século XX, portanto, compreende o grupo de pesquisadores que não aceitam a visão de se negligenciar o trabalho para viver apenas de "Circo" e de distribuições frumentárias, que na realidade eram mínimas.

Dessa maneira, fazemos uso da ideia difundida pela historiadora Luciane Munhoz de Omena (2007), quando afirma, pautada sob a concepção de interpretação do historiador Fábio Faversani (1999), que "a distribuição de trigo contemplava apenas uma minoria populacional, o critério de seleção fundamentava-se em dois fatores: condição de cidadão e obrigatoriedade de habitar em Roma". (OMENA, 2007, p. 4). O historiador Faversani (2000) complementa a questão no que concerne a "impossibilidade dos beneficiários sobreviverem com modestos cinco *modii* (aproximadamente 21 litros) de trigo distribuído pelo Estado". (FAVERSANI, 2000, p. 84).

Com efeito, refutamos a visão de ócio da população e que esta era despolitizada ou apática. Argumento defendido, por exemplo, por Pierre Grimal (2009), em *A Civilização Romana*, ao afirmar que "os jogos tinham-se tornado uma necessidade política, uma maneira de o imperador ocupar os tempos livres da plebe urbana e satisfazer, melhor ou pior, os seus instintos de violência". (GRIMAL, 2009, p. 240).

A historiadora Regina Maria da Cunha Bustamante (2005) segue uma perspectiva que nos faz pensar outras possibilidades de interpretação, como, por exemplo, ao considerar os anfiteatros como um espaço que fora utilizado para as reivindicações dos populares e, assim, a pesquisadora coloca o povo na categoria que possuía certa politização, contrariando a ideia de despolitização das massas. Vejamos sua afirmação:

> Não poderia haver meio melhor de enfatizar a importância dos espetáculos do que colocá-los no mesmo nível que a comida. A assistência aos jogos passou a fazer parte da *ciuitas* romana, sendo um dos direitos de cidadania romana, ao lado do abastecimento alimentar. O governo imperial em Roma gastava somas fabulosas, visando distrair o povo e evitar certos tipos de problemas políticos, ameaçadores à estabilidade do regime. Entretanto, **tal perspectiva passiva do espectador e o efeito "entorpecedor" dos espetáculos devem ser relativizados, pois os jogos também podiam se constituir em um espaço de manifestação das manifestações populares**, pressionando as autoridades no atendimento de suas exigências, na medida em que as assembléias foram sendo esvaziadas de poder e tornaram-se apenas formalidades na época imperial. (BUSTAMANTE, 2005, p. 229. Grifo nosso.)

O autor Mário Curtis Giordani (1976) considera, em *História de Roma*, os jogos oficiais como simples divertimentos aos romanos. Sua visão pode ser "enquadrada" como equivalente a do pesquisador Jean-Noël Robert (1995), em que os jogos ofertados eram para distração da *plebs.* Segundo o autor, além dos divertimentos já citados (frequência aos banhos públicos e banquetes), os romanos encontravam muitas outras maneiras de distração quer participando de festas familiares... ou de solenidades públicas, principalmente de caráter religioso, quer frequentando os famosos espetáculos teatrais e as competições do circo e do anfiteatro. (GIORDANI, 1976, p. 217).

Visões "tradicionais" similares a esta de Mário Giordani (1976) também são perceptíveis no meio plumitivo e por pesquisadores cuja formação é na área de Letras Clássicas e Literatura Latina. Por exemplo, temos respectivamente, o escritor Simon Goldhill, com sua obra *Amor, Sexo e Tragédia: como gregos e romanos influenciam nossas vidas até hoje,* e a professora de Latim da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Thereza Basílio Vieira, em artigo intitulado *Origens e Percepções das Festas Romanas Antigas*, que se encontra em uma produção recente da historiadora Maria Regina Candido, *Memórias do Mediterrâneo Antigo* (2010).

A respeito da obra de Simon Goldhill (2007), não há uma preocupação sobre analisar os combates de gladiadores e sua complexidade cultural e social. Pelo contrário, aborda apenas dois vieses: o entretenimento e a violência. Talvez moldado e influenciado por uma indústria mercadológica, seu texto aduz em seu bojo o caráter e simbologia da morte que rodeava os Jogos de gladiadores. Podemos até destacar suas idéias como semelhantes a do historiador Carcopino (1990), em que estes combates seriam apenas "carnificinas" e bastante sangrentos.

Em uma sociedade contemporânea como a nossa, a ideia de violência em um anfiteatro e exposição dos corpos a golpes de espadas e, consequentemente, um derramamento de sangue, surte um efeito que parece atrair o leitor, talvez entorpecedor, e que provoca no receptor do livro uma ânsia, possivelmente, de prazer. Neste sentido, acreditamos que a escrita do jornalista Simon Goldhill é voltada para se tornar um livro "palatável" para aqueles que não são do meio acadêmico e, por conseguinte, fazê-lo literalmente vender-se, assim como a indústria hollywoodiana o faz ao enfocar em seus filmes sobre os combates de gladiadores, por exemplo, *Gladiador* (2000), um aspecto deliberadamente violento.

Goldhill (2007) fomenta concepções bastante pejorativas para o contexto social romano e para os espetáculos públicos oferecidos na capital do Império. Expressões como "os gladiadores representam o lado negro da civilização que emerge", ou então, "uma fascinação voyeurística pela laceração da carne e a multidão delirante". (GOLDHILL, 2007, p. 210). A primeira sentença em destaque é como se fizesse uma analogia, em que a civilização que emerge é a "civilização romana" e que esta dita civilização concentra os "incivilizados" que, neste caso, seriam os gladiadores. A sentença seguinte demonstra que a finalidade dos combates era embevecer os espectadores com sangue e "carne humana". Para este autor, "os jogos de gladiadores eram formas de entretenimento". (GOLDHILL, 2007, p. 216). Desta forma, as ideias contidas em *Amor, Sexo e Tragédia,* apenas reforçam uma visão difundida pela historiografia do século XIX.

Dentro desta visão tradicional há também o reforço de pesquisadores da área de Literatura Latina e Letras Clássicas. A autora Ana Thereza Basílio Vieira (2010) suscita visões que se encaixam nas teses de J-N Robert, Theodor Mommsen, Jérôme Carcopino, Montesquieu e outros aqui já evidenciados.

As *Origens e Percepções das Festas Romanas Antigas*, apesar de ser um artigo em uma publicação recente, *Memórias do Mediterrâneo,* ano de 2010, deveria, portanto, se distanciar dessas interpretações classicistas que se basearam apenas em figuras da elite da *vrbs* de Roma. Entretanto, não a enxergamos neste sentido, haja vista defende a máxima *panis et circeneses* tal como foi estabelecido por historiadores classicistas.

Ana Basílio Vieira (2010) defende a ideia que as historiadoras Luciane Munhoz de Omena (2007; 2009) e Renata Garraffoni (2004; 2005) refutam. Apoiamo-nos nestas duas últimas historiadoras quando refutam a visão de que os espetáculos públicos na Roma imperial faziam o povo se distrair e esquecer as questões políticas que, direta ou indiretamente, o afetava. Omena e Garraffoni se opõem também a visão de que os espetáculos hodiernos como o futebol sejam uma forma de despolitização do povo brasileiro e que tais espetáculos minimizem os problemas sociais enfrentados diariamente pela população mais pobre.

Portanto, quais ideias a pesquisadora em Letras Clássicas trata em seu artigo? Pois bem, de antemão, salientamos que discordamos de seus posicionamentos, já que põe a elite de Roma como a única capaz de ser atuante dentro da sociedade romana. Segundo suas próprias palavras, "os jogos são capazes de mobilizar multidões,

proporcionando-lhes prazer [e] se há comida e diversão para o povo, todas as adversidades podem ser minimizadas e melhor toleradas no dia a dia. Preferível ser pobre e ter uma diversão do que ter fartura sem nenhum espetáculo". (VIEIRA, 2010, p. 39).

Como já destacamos anteriormente, quando utilizamo-nos das vertentes defendidas por Fábio Faversani (1999; 2000), que refutam o pensamento de se viver apenas com distribuições frumentárias advindas do Imperador ou do nobiliário, a pesquisadora cai na ideia de que o povo romano não trabalhava e se sustentava apenas com "pão e circo". A autora entende que a população mais humilde não se importava em trabalhar, pois o que queriam era apenas diversão, como se tivessem tempo livre e não desenvolvessem outros tipos de tarefas laborais para se manterem. Logo, se possuem bastante tempo livre, os espetáculos preencheriam esse "vazio".

São linhas interpretativas defendidas por J. Carcopino e J-N Robert, nas quais haveria um disciplinamento do ócio em que a "plebe" estava "mergulhada". Em nosso entendimento, Ana Thereza Vieira apenas reproduz um argumento tradicional academicista e ultrapassado, ou que pelo menos deveria estar superado.

Interpretações como estas mostram a visão fechada e limitada sobre os jogos, principalmente porque mutilam as outras possibilidades de se enxergar os espetáculos. Nossa perspectiva foi não se restringir a caracterizar a atuação da massa da *Urbs* como passiva e que o domínio político não estava a cargo somente da elite que cerceava a "plebe" romana como queria. Os gladiadores não seriam bonecos de ventrículo utilizados pelo *imperator* para distrair uma massa predisposta a violência e que era danosa para a governabilidade dos Césares, caso não assistissem aos espetáculos públicos.

Considerações Finais

Percebemos, então, que o público, nesta conjuntura teórica do XIX, seria nada mais que um ser passivo. Esta passividade para os historiadores do século XIX e início do XX foi fundamental para sua despolitização. Se uma grande massa era excluída de decisões políticas, o único com domínios e capacidades de atuação política era o César. Dessa maneira, a difusão do binômio "pão e circo" foram fundamentais para o imperador manter a *plebs* afastada da esfera política, garantindo sua manutenção no

poder e controle sobre seu *populus*. Era um cerceamento através dos espetáculos gladiatórios e distribuições frumentárias. Este modelo do século XIX foi reproduzido por historiadores da primeira metade do XX, que difundiam este pensamento de forma acrítica, parecendo mais uma repetição automática de interpretações que se basearam apenas em textos aristocráticos de autores que compunham o meio social elitista de Roma.

O segundo modelo teórico – que seguimos no delongar deste artigo –, evidenciada como "nova historiografia", que compreende a segunda metade do século XX e a linha interpretativa mais recente, do século XXI, se distanciou dessas interpretações que colocaram o povo apenas como apreciador de espetáculos e divertimentos sangrentos. E afirmar que tais espetáculos de gladiadores eram apenas entretenimento e distração é uma visão bastante superficial. É superficial porque considera toda uma população como apática e sem capacidade de ação efetiva no Império. É colocar o imperador e as elites nobiliária e senatorial como únicas capazes de serem ativas socialmente, enquanto uma grande massa era preguiçosa.

Contrapomos aqui os posicionamentos de historiadores que argumentavam que o povo romano vivia apenas de distribuição de trigo e que negligenciava ao trabalho. Ora, como se o que um romano ganhasse, uma pouca parcela de trigo para fazer o pão, seja dos Césares ou dos nobres, desse para sustentar a si próprio e a uma família inteira. Asseveremos que outras atividades laborais, por mais que fossem sujeitas a um baixo valor recompensado, eram fundamentais para manter outras despesas de um ambiente familiar e da própria *domus*. Logo, não viviam apenas de "Pão". Sendo assim, tendo que laborar, o povo não possuía um tempo exacerbadamente livre e ocioso como interpretaram os "tradicionalistas". Logo, não viviam apenas de "Circo".

Referências Bibliográficas

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Ludi Circenses: Comparando Textos Escritos e Imagéticos.* In: PHOÎNIX/UFRJ/LHIA**.** Ano XI. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2005. p. 221-245.

CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Cotidiana: Roma no apogeu do Império***.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

FAVERSANI, Fábio. *A Pobreza no Satyricon de Petrônio.* Ouro Preto: UFOP, 1999.

FAVERSANI, Fábio. *Panem et Ciercenses: Breve Análise de uma Perspectiva de Incompreensão da Pobreza no Mundo Romano.* In: Varia Historia, Belo Horizonte, nº 22, p. 81-87. jan/2000.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Bandidos e Saltadores na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1ª edição, 2002.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Gladiadores na arena: o espetáculo público e a estigmatização do corpo*. Artigo. In: Dimensões. Espírito Santo. vol. 16. p. 271-278. 2004.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Técnica e Destreza nas Arenas Romanas: Uma Leitura da Gladiatura no Apogeu do Império.* (Tese de Doutorado). Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH. Unicamp. Orientação Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. Campinas, SP. 2004.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Gladiadores na Roma Antiga: Dos combates às paixões cotidianas.* São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Panem et Circenses: Máxima Antiga e a Construção de Conceitos Modernos.* In: PHOÎNIX/UFRJ/LHIA. Ano XI. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2005. p. 246-267.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Poder e Espetáculo no Início do Principado Romano.* In: GUIMARÃES, Marcella Lopes & FRIGHETTO, Renan. (orgs.) Instituições, Poderes e Jurisdições. Curitiba: Ed. Juruá, 2007. p.107-116.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Sangue na Arena: Repensando a Violência nos Jogos de Gladiadores.* In: FUNARI. Pedro Paulo Abreu. GARRAFFONI, Renata Senna. GRILLO, José Geraldo Costa. (orgs.). Sexo e violência: Realidades antigas e questões contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2011. p. 119-136.

GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma: Antiguidade Clássica II.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1976.

GOLDHILL, Simon. *Amor, Sexo e Tragédia: como gregos e romanos influenciam nossas vidas até hoje.* Trad. Cláudio Bardella. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

GRANT, Michel. *O Mundo de Roma.* Lisboa: Editora Arcádia, 1967.

GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 2009.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo*. Artigo. In: História. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 125-132. 2007.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MENDES, Norma Musco. *Roma e o Estigma da Violência e Crueldade.* In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha & MOURA, José Francisco de. (Orgs.). Violência na História. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2009. p. 35-49.

MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência.* Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

OMENA, Luciane Munhoz de. *Os Ofícios: Meios de Sobrevivência dos Setores Subalternos da Sociedade Romana.* In: Revista Fenix. Universidade de São Paulo – USP. vol. 4. ano IV. nº 1. p. 1-13. Jan/Fev/Mar. 2007.

OMENA, Luciane Munhoz de. *Pequenos poderes na Roma imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca.* Vitória, Flor & Cultura, 2009.

PARENTI, Michael. *O Assassinato de Júlio César: uma história popular da Roma Antiga.* Rio de Janeiro: Record, 2005.

PETIT, Paul. *A Paz Romana*. São Paulo. Edusp / Pioneira, 1989.

ROBERT, Jean-Noël. *Os Prazeres em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROULAND, Norbert. **Roma***, democracia impossível?, os agentes do poder na Urbe Romana.* Trad. Ivo Martinazzo. Brasília: UNB, 1997.

SCULLARD, Howard Hayes. *From the Gracchi to Nero. A history of Rome from 133 B.C. to A.D. 68.* Routledge Classics. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2010.

VIEIRA, Ana Thereza Basílio. *Origens e Percepções das Festas Romanas Antigas.* In: CANDIDO, Maria Regina. (Org.). Memórias do Mediterrâneo Antigo. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2010. p. 28-41.